

**Subjetividade esclarecida:  
do mito como racionalização à ciência como mitologia<sup>1</sup>**

*Verlaine Freitas*

**Resumo**

O objetivo de nosso texto é o de mostrar, em linhas gerais, como Adorno e Horkheimer, em seu livro *Dialética do esclarecimento*, estabelecem a relação entre o mito e a ciência como fontes de conhecimento e meios de dominação social. Trata-se de delinear como a subjetividade se insere nesse processo dialético, em que o mito já se mostra como processo de racionalização e a ciência, como uma forma mítica de relação com o mundo natural e social.

A questão que nos move nesse texto é a do conceito que Adorno e Horkheimer dão do *âmbito da subjetividade* em seu texto *Dialética do esclarecimento*, pensado a partir da relação entre *mito* e *racionalidade*, que envolve a vinculação entre saber, dominação, poder, hierarquia, exclusão, indivíduo, coletividade, etc.

A palavra “esclarecimento” é a tradução da palavra alemã *Aufklärung*, que quer dizer precisamente o processo de saída da *obscuridade* intelectual, do *medo* perante potências superiores, da *superstição*, da *magia*, em suma, do *mito*. O texto de Adorno e Horkheimer fala do processo ocorrido no ocidente que usualmente é chamado de *racionalização* — em sentido amplo, não apenas circunscrito à época da modernidade —, em que se busca cada vez mais extirpar a vivência mítica, aumentando, através do progresso constante do saber, o domínio sobre todas as forças da natureza, a fim de compreendê-las sem nenhum resquício mitológico ou supersticioso, ou seja, sem apelo a deuses ou propriedades mágicas inerentes a cada ser ou matéria. Devido a essa abrangência histórica (poderíamos dizer também de cunho genealógico), *Aufklärung* fica mais bem traduzida por “esclarecimento” do que por “iluminismo”, que circunscreve de modo indevido o fenômeno estudado em uma época histórica determinada.

A compreensão do esclarecimento tem que levar em conta sua *dialética*, ou seja, ele deve ser compreendido pelo fato de que *não é* apenas o que ele pretende ser, isto é, uma iluminação sobre o poder de compreender todas as coisas da natureza, pois ele também é *uma recaída constante naquilo de que procura sair*, ou seja, no mito. Mas essa dialética tem outra face surpreendente: o *próprio mito* grego já é esclarecimento, ou seja, *também* faz parte desse processo de racionalização ocorrido no ocidente de fuga da situação de medo perante a grandeza esmagadora da natureza. Em linhas gerais, a idéia que os autores querem defender é a de que o esclarecimento sempre tentou tirar a humanidade da submissão servil e amedrontada perante a natureza — servilidade e terror que ele via existir no pensamento mítico —, mas esse processo de “iluminação” e autonomia submergiu os homens cada vez mais numa outra servidão, que o

---

<sup>1</sup> Publicado em: Caderno de Filosofia e ciências humanas. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999, pp.52-8.

próprio mito já impunha a todos os homens como meio de fugir dessa mesma natureza grandiosa e assustadora. Em outras palavras, o objetivo que o esclarecimento se propõe é o mesmo que o mito já se colocava, e onde ele chega o próprio mito já estava como forma de coesão e coerção social.

No primeiro parágrafo do texto os autores já delineiam o conceito de esclarecimento como o progresso do pensamento que sempre persegue a meta de retirar os seres humanos de um estado de terror e medo perante a natureza e torná-los, nesse processo, dominadores conscientes das forças naturais. Antes desse processo, o mundo apareceria ao homem como “encantado”, ou seja, subjugado por um encantamento, um feitiço, em transe — expressões que traduzem a muito usada palavra alemã “Bann” —, situação em que a natureza parecia revestida de poderes divinos, sobrenaturais, carregados de uma significação universal *imediate* — o *mana*. O esclarecimento se considera a si próprio<sup>2</sup>, em linhas gerais, a fuga da concepção mítica do mundo através do aumento contínuo do nível de saber. Mas o que os autores salientam é que esse conhecimento não é obtido pelo prazer da verdade, da contemplação do que é verdadeiro em si mesmo, mas sim tendo em vista a *dominação* imediata tanto da natureza quanto dos outros homens através da própria natureza dominada. Nessa linha, a ciência teve, desde sempre, a *técnica* como essência, “o procedimento eficaz”, que somente se procura para *aumentar* a dominação sobre a própria natureza: “poder e conhecimento são sinônimos”<sup>3</sup>. Daí precisamente o fato de o esclarecimento /53/ ser totalitário, pois para sua própria realização ele precisa se realizar em *todos* os âmbitos imagináveis do conhecimento: não pode restar nenhum mistério, nenhum enigma, nada de obscuro, nem mesmo o *desejo* de revelar qual seja esse mistério, pois esse deve ser extirpado, e não mostrado e evidenciado por alguma via, como narrativas, imagens, etc.

Uma das críticas do esclarecimento ao mito, segundo Adorno, seria o fato de o pensamento mítico ver nas coisas de que o homem tem medo apenas uma projeção de suas próprias angústias, conflitos, temores, ânsias, etc. Os deuses e todas as forças divinas seriam o resultado da projeção de tais sentimentos na natureza para, de alguma forma, tentar compreendê-las através desse processo de identificação com a própria natureza. Ou seja, esta seria conhecida pelo fato de os homens projetarem nela aquilo que eles mesmos podem perceber em si próprios. As forças divinas, por escaparem — na vivência mítica — a toda possibilidade de compreensão e domínio “verdadeiros”, “esclarecidos”, são tomadas como simples reflexo do que se percebe como uma força e poder no âmbito da própria subjetividade.

---

<sup>2</sup> Pode parecer estranho a “personificação” de um processo histórico, que ao longo do texto aparece como “tendo essa ou aquela visão”, “rejeitando ou aceitando algo”, etc. Há que se considerar, no entanto, que é possível pensar-se a voz do esclarecimento como sendo a do discurso científico, filosófico, capitalista, etc., que reúnem, em suma, as características apontadas por Adorno e Horkheimer.

<sup>3</sup> ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p.20.

Na consecução dessa crítica ao mito, é de se destacar uma característica comum a todas as formas de ciência e filosofia, que constituem, em sua totalidade, o processo de racionalização: a subjugação de todo ser e acontecer a um conhecimento sistemático, estritamente concatenado logicamente em todos os pormenores, universal. O que não se adequa a um sistema de relações lógicas *não existe*, ou seja, o que não se pode conceber a partir de uma ciência total, unitária, não passa de superstição, mitologia, ou poesia. Dos elementos mínimos (um átomo, por exemplo) até os mais complexos (o cérebro humano) deve haver uma escala (*échelle*) sem vazios, sem saltos, contínua, ininterrupta, pois é para tapar algum vazio desses que poderia surgir alguma crença infundada e supersticiosa, calcada na imaginação, que é a origem da forma projetiva de assimilação mítica do mundo. O conhecimento, em oposição a isso, tem a pretensão enfática, resolvida, de ser *universal*, ou seja, não quer explicar as coisas em termos particulares, em que cada evento ou coisa tenha uma explicação própria, mas em termos universais, em que todas as coisas sejam apenas exemplos de uma trama de leis universais, abstratas.

Nesse terreno pode-se perceber como a lógica formal (ex: se  $A \subset B$  e  $B \subset C$ , então  $A \subset C$ ) era o grande modelo de que se serviram — e se servem — todas as ciências para alcançar essa universalização uniformizante do conhecimento em relação aos mais diversos acontecimentos e seres no mundo: da queda de um corpo à justiça entre os homens tudo pode ser uniformizado com base no instrumento mais poderoso para a elaboração de leis formais: o *número*. Tal como o dinheiro, que não tem nenhuma consideração para com o que se compra com ele, o número não leva minimamente em conta as particularidades do que é contabilizado em uma equação abstrata: tudo se reduz a ser representado como sendo um “x” ou um “y” numa relação de igualdade ou desigualdade de uma fórmula matemática, que, surpreendentemente, é usada até mesmo para medir o grau de justiça ou de injustiça: num julgamento, uma injúria deve ser ressarcida por uma quantidade estipulada de dinheiro, ou a lei de Talião: olho por olho, dente por dente.

Um passo ousado dos autores no livro é demonstrar que o mito já é esclarecimento. Como argumento inicial, evidencia-se que o mito já tinha como objetivo a *ordenação*, pelo pensamento, de *todas* as coisas. Tudo deveria estar concatenado numa série de acontecimentos devidamente expostos, fixados e explicados através de uma narrativa que queria estabelecer um controle “teórico” acerca de todos os eventos. A mesma *disciplina* que o cientista se exige, a mesma ânsia de ordem presente na /54/ coerência e concatenação lógica que o filósofo tanto almeja, já existiam como metas para a estruturação do próprio mito grego. E da mesma forma que o conhecimento na ciência não tem como finalidade o puro prazer pela verdade, mas sim a dominação daquilo que é conhecido, assim também o mito queria a

ordenação de todo o cosmos (universo) para, com isso, através do ritual, estabelecer “uma representação dos acontecimentos bem como do processo a ser *influenciado* pela magia”<sup>4</sup>.

Ligado a isso, vemos que o processo de *abstração* presente na ciência moderna, através da lógica e do número, já estava presente no mito grego: as divindades gregas não se confundem aos próprios elementos. Ao contrário dos mitos orientais, em que o elemento natural (por exemplo, sol) é vivido como a própria divindade (Rá), no mito grego o deus (no caso, Hélios) é quase uma alegoria e não é pensado como o próprio elemento, mas uma manifestação suprema sua, algo que o governa, que é sua “essência”. As divindades constituem, em sua totalidade, o que em breve será o âmbito do *lógos*, ou seja, da razão, do pensamento, que se contrapõe a todo o resto da realidade, composta pelos inúmeros casos, acontecimentos, seres e coisas. Diante dessa distinção fundamental e básica entre o pensamento, que coincide com a própria existência humana e “a massa de todas as coisas e criaturas exteriores a ele”<sup>5</sup>, todas as outras diferenças mais sutis são aniquiladas e engolfadas por ela.

Como terceiro argumento vê-se que a ordenação do cosmos pretendida pelo mito já incluía a idéia de que com tal organização conseguir-se-ia a dominação sobre todas as coisas, que é conseguida pelo fato de que, com tal pensamento, o homem se iguala aos criadores de todas as coisas. Tal igualamento, entretanto, tem seu preço: somente tem proximidade com os deuses, usufrui de sua bondade e participa de seu poder, aquele que “se submete sem restrições” ao poder divino. “O despertar do sujeito”, ou seja, a diferenciação entre o pensamento e o resto de toda a realidade crua das coisas, a definição de um âmbito próprio ao humano como uma potência de raciocinar, “tem por preço o reconhecimento do poder como o princípio de todas as relações”, isto é, o reconhecimento de que o conhecimento proporciona dominação, poder, mas que para exercer essa dominação é preciso se submeter, sem restrição, àquilo que é a fonte do poder do próprio pensamento que conhece, que no caso do mito são as divindades (e no caso da ciência, o que será? Ou seja, a que deve se submeter aquele que usufrui o poder de dominação no pensamento científico?).

Mas há que se perceber que não apenas o mito já é fruto do esclarecimento, mas — o que é uma das teses centrais de todo o livro, a saber — que o processo de esclarecimento, de racionalização ocidental, apesar de se pretender como um distanciamento das concepções míticas do mundo, recai sempre de novo na mitologia— o que se afigura uma tese sumamente inovadora, surpreendente e controvertida.

A *falsidade* do esclarecimento está em seu aspecto *totalitário*, ou seja, pelo fato de englobar tudo em um sistema absolutizante. Essa globalização abstrata é identificada com o procedimento matemático, em que cada coisa ou evento é *antecipadamente* conhecido através

---

<sup>4</sup> ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p.23.

<sup>5</sup> Idem.

de fórmulas matemáticas. Mesmo aquilo que não se resolve *ainda* em uma fórmula matemática é relacionado a teoremas matemáticos que fazem com que possamos lidar com o que não sabemos como opera, ou como possa existir. Por exemplo: quando Mendeleev fez sua tabela periódica dos elementos químicos, sobraram alguns lugares em algumas colunas; mas, devido à relação matemática estabelecida para situar todos os outros elementos conhecidos, ele pôde prever a descoberta daqueles que preencheriam tais lacunas, e, além disso, previu várias de suas propriedades químicas e físicas com precisão! Essa potência matemática de prever e cercar todas as coisas de certezas numéricas, segundo relações estritamente lógicas, é o que o esclarecimento considera como a maior arma contra as concepções fantasiosas e imaginativas do mito. /55/ Pensar, raciocinar é igualado ao procedimento matemático. Toda outra espécie de pensamento é relegada à poesia, delírio, tagarelice sem sentido. A matemática torna-se uma instância absoluta, uma referência inquestionável de verdade, que é tomada como infalível por parecer abarcar de antemão todas as coisas num grande sistema: quanto mais matematizado o mundo, mais o esclarecimento se sente livre do mito, longe do medo e da superstição.

Quando o pensamento é identificado à matemática, ele se *reifica*, ou seja, “coisifica-se”, como se tivesse sido reduzido a uma *coisa para pensar*, um instrumento, uma mera ferramenta de raciocinar, que se limita à feitura de cálculos e elaboração de equações de variáveis que “domesticam” pragmaticamente, isto é, em termos estritamente utilitários, aquilo que ainda não aceita uma resolução definitiva. O pensamento compete com a máquina de calcular e o computador, produzidos por ele próprio, de modo que estes, uma vez executando nada a menos do que ele no processo de pensar, possam substituí-lo (e com vantagens, devido à sua rapidez). A matematização do pensamento torna-o estritamente utilitário, e qualquer outra finalidade, como refletir acerca de si mesmo, torna-se sem sentido ou até mesmo perigosa, pois o desvia de sua função primordial e que o justifica cada vez mais: comandar a ação, o procedimento eficaz.

Com essa reificação, essa transformação da razão em uma coisa de pensar — o que é chamado pelos autores de “razão instrumental” —, o pensamento se iguala ao mundo (porque se transforma em uma coisa, como tudo o mais no mundo físico), e o que unicamente importa é a adequação do pensamento ao fato, ao factual, ao acontecimento verificável enquanto objeto inquestionável, de tal modo que até mesmo a negação de Deus é algo tido como tão metafísico, e, portanto, sem sentido, como querer provar sua existência. O positivismo, último e derradeiro desenvolvimento do processo de racionalização, não pode nem sequer colocar a questão da existência de Deus, pois ela conteria em si o desejo de perscrutar algo que a razão há muito banuiu do pensamento esclarecido e, portanto, com algum significado. Mas se, enquanto pensamento, o positivismo não coloca sequer a questão de Deus, é, por outro lado, indiferente à religião e à arte como atividades sociais, ou seja, não as condena, *desde que* elas não se arroguem a pretensão de ser conhecimento, ou seja, não pretendam dizer ou expressar uma verdade, resignando-se a serem mera diversão ou alívio

psicológico para o medo da morte e a sensação de desamparo e fraqueza. Tanto na ciência moderna quanto no mito, o desleixe do pensamento para com a tarefa de operar eficazmente na realidade é um desvairio que atenta contra a ordem institucional estabelecida socialmente e contra a própria *subsistência*: é preciso contribuir, *inelutavelmente*, para a manutenção e progresso contínuos da vida social e individual; além e aquém disso é uma insensatez perigosa, que deve ser punida: na ciência, ela é tomada como mentira e absurdo, e o transgressor é aniquilado como membro da comunidade científica; na feitiçaria, o sacrílego, o herege, é simplesmente expulso da comunidade. Na filosofia, a tarefa propriamente dita do pensamento, segundo Kant, é uma investigação infundável de seus próprios limites, de modo que a razão nunca os ultrapasse, para que ela não cometa o supremo erro de dizer, com pretensão de conhecimento, algo a respeito do transcendente: Deus, imortalidade da alma e a liberdade em sua essência. Como se sabe, segundo Kant, é um engano brutal da razão conhecer a coisa em si, o ser íntimo das coisas, pois tudo o que podemos conhecer delas reduz-se ao que nos aparece, ou seja, ao fenômeno. A ciência é, de modo paradoxal, infinitamente potente para conhecer *todas* as relações /56/ efetivamente existentes em *todos os seres*, ou seja, as relações matemáticas, mas é incapaz, segundo sua própria natureza, de penetrar no *ser*, ou seja, na essência das coisas.

A ciência, desse modo, se vê livre da imaginação mítica, que coloca nas coisas muito além do que é permitido pelo pensamento racional, acreditando em forças e elementos sobrenaturais que regeriam tudo. Mas essa garantia contra esses sonhos mirabolantes e fantasiosos tem um preço a ser pago: o domínio absoluto praticado universalmente contra toda a natureza, não apenas externa, mas também interna, volta-se contra o próprio dominante, que tem de, para conseguir aumentar indefinidamente seu poder, restringir-se cada vez mais a uma *coisa pensante* e nada mais: quanto mais houver no pensamento algo além da mera atividade calculadora, menos poder a razão tem em relação ao que ela quer conhecer: esse é o programa positivista de redução da atividade do cientista a uma mera inspeção do factual, do fato bruto, objetivo. O poder exige o distanciamento do senhor em relação ao dominado: quanto mais próximo, menos firme é a autoridade. Desse modo, “sujeito e objeto tornam-se ambos nulos”, pois do sujeito não restou nada além da atividade calculadora abstrata, operatória, eficaz, e do objeto, a natureza em sua totalidade, nada mais se percebe que elementos abstratos que se encaixam em fórmulas matemáticas, como preenchimentos de variáveis (x, y ou z): o sujeito se reduz a um poder de calcular e a natureza, àquilo que se encaixa nesse cálculo. Há uma acoplagem, um recobrimento perfeito de espírito e natureza, mas somente devido ao fato de ambos terem-se reduzido a pontos sem dimensão, puramente abstratos. O mundo torna-se a medida de si próprio, ou seja, um puro objeto idealizado com características petrificadas, hipostasiadas, que não precisa ser referido a nada para que se conheça sua verdade: ele próprio, através das leis matemáticas que o regem, proporciona o conhecimento verdadeiro e legítimo do que ele seja — tão universal e imediato como era o mana. A grande vitória do

contínuo aumento da racionalidade científica, o domínio completo de todo ser através da rede das relações matemáticas, tem como preço “a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado”: tal como o mito descobrira que, para ter-se domínio sobre todas as coisas, era preciso se submeter ao que legitimava tal poder — no caso, as divindades —, igualmente a mentalidade científica percebe e assimila profundamente que, para dominar com precisão absoluta o objeto de seu conhecimento, é preciso uma submissão servil absoluta ao dado *imediato*, ao fato bruto, sem mediação de espécie alguma.

Ao cultivar essa ânsia de perceber apenas as relações espaço-temporais imediatamente dadas nos objetos, fornecidas pelas equações matemáticas, “toda a pretensão ao conhecimento é abandonada”, pois “ela não consiste no mero perceber, classificar e calcular, mas precisamente”<sup>6</sup> na compreensão de que o dado como tal é *apenas um* elemento, dentro de uma enorme rede de idéias e conceitos que cercam o objeto, que encontram sua significação plena no desdobramento histórico, social, humano.

A matemática, entretanto, não vai um mínimo sequer além da mera reprodução do que é percebido imediatamente como um dado: “o número, a figura mais abstrata do imediato, mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatidade”. Deste modo, o grande triunfo, o que é agraciado com todos os louros como a suprema conquista do pensamento científico, a adequação plena do pensamento ao factual, não é nada mais do que a repetição tautológica, monótona e infundável do fato imediato. “Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução”.

“Desse modo, o esclarecimento /57/ regride à mitologia, da qual jamais soube escapar”<sup>7</sup>, pois tanto o mito quanto a ciência querem preservar a existência no âmbito da pura imanência do factual, do fato bruto sem escapatória, da eterna repetição do acontecimento como medida de si mesmo: não se pode ir além do que é estabelecido pelo círculo mágico traçado para invocar a divindade que preserva a vida; ir contra o que é estipulado pelo dito sagrado é ir contra a própria vida, e isso deve ser punido com a exclusão do transgressor do meio social; igualmente a clareza e evidência da fórmula científica não admite um “mais” além de si mesma: o pensamento também é preso irremediavelmente no círculo imperioso da necessidade de repetir o que o fato diz por ele próprio, transposto para a linguagem matemática da fórmula neutra e absolutamente objetiva; além do que está dito na equação é pura fantasia, imaginação, um não-saber, e, portanto, não pode se arrogar a ser verdade. O sentido é, em ambos os casos, igualado à mera existência, a qual obstrui qualquer tentativa de estabelecer um sentido para além dela mesma: a pura e mera existência factual é o mínimo que se pode querer e o máximo que se tem o direito de desejar, tanto no mito quanto na ciência moderna matematizada.

---

<sup>6</sup> ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p.39.

<sup>7</sup> Idem.

“A singularidade do evento mítico”, ou seja, o caráter de único, a unicidade, daquele fato que ocorreu em um tempo primordial, longínquo, forte, dos deuses, “que deve legitimar o evento factual, é ambígua”, pois ela se dá tanto em *um momento só*, pois somente esse primeiro acontecimento (as lágrimas derramadas por uma deusa, por exemplo) é que é sagrado, mas como também se repete em todos os rituais referentes a esse fato (durante as primeiras chuvas de uma estação do ano, por exemplo). E o que os autores colocam, de forma paradoxal, é que não se trata de uma mera repetição de algo único, mas cada repetição é, ela mesma, o próprio fato único que se dá todas as vezes ao se repetir (!). “Com o enrijecimento da consciência do tempo, o evento foi fixado como tendo ocorrido uma única vez no passado”<sup>8</sup>, ou seja, com o desenvolvimento da concepção do tempo como sendo unilinear, isto é, não circular, o fato primordial sagrado foi relegado para um momento univocamente singular, e todos os outros tiveram, assim, que ser compreendidos a partir desse fato único, mas essa referência vai ficando cada vez mais fraca com o passar do tempo, com a evolução do processo de racionalização, e, então, os acontecimentos presentes passam a assumir o caráter de inevitabilidade terrível, amedrontadora, pela referência àquele. Pois quando o acontecimento primordial, ele mesmo, tinha sua unicidade presentificada em sua repetição, dando-se em cada fato novo, a ordem era legitimada pela própria presença do sagrado em cada fato, em cada evento; com o posicionamento desse fato num momento único, a legitimação dos fatos atuais deve ser feita pela emanção de um poder vindo daquele fato sagrado. O acontecimento presente somente é o que é, porque assume-se que ele *obedece* ao que é ditado pela força oriunda do fato primordial, e obediência, aqui, quer dizer medo, pavor, no âmbito do conhecimento, ou seja, da relação com a divindade. Ou seja, o que liga o fato atual à sua compreensibilidade, à sua dominação, posto que “saber e poder são sinônimos”, é o pavor que se tem perante seu próprio acontecer, como obediência cega ao que aconteceu em um tempo primordial único.

Tanto a eterna repetição da factualidade do evento presente, pela referência simbólica, no ritual mágico, a um acontecimento primordial, quanto a apropriação esquemática de todo ser na equação matemática, pela referência imediata ao número, fazem “com que o novo apareça como algo predeterminado”, tal como o antigo, o acontecer primordial — e também o próprio número —, são *predeterminados*, pois não são nada mais do que criações humanas, determinações oriundas da própria /58/ capacidade humana de criar idéias, imagens, que são transpostas para a realidade, e esta se vê domesticada, aprisionada e explicada com base no que o próprio pensamento colocou nela: “não há nada de novo sob o sol”, pois o saber é sempre apenas a *confirmação* do que já se havia projetado na natureza. “Quem fica privado da esperança não é a existência, mas o saber, que no símbolo figurativo ou matemático, se apropria da existência enquanto esquema e a perpetua como tal”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.



O sujeito se vê, assim, no processo de esclarecimento, acorrentado — como Ulisses diante da perda de sua identidade — à eterna existência imediata e sem saída. Toda a corporeidade através da qual o sujeito possa se referir como indivíduo é reiteradamente condenada como perdição, como enfraquecimento do poder de manter a própria vida: não se pode ouvir o canto das sereias e permanecer vivo, a não ser que se renuncie a possuí-las; da mesma forma, pode-se contemplar uma obra de arte, mas não deixar-se determinar por ela, ou seja, ver nela uma verdade acerca do espírito, a não ser que se assuma a própria “insanidade”, isto é, que se trata apenas de uma “verdade particular”.

## Bibliografia

- ADORNO, T. W. *Ästhetische Theorie, Obras Completas*, vol. 7, Frankfurt, Suhrkamp, 1972. Tradução utilizada para algumas citações: *Teoria Estética*. Tradução de A. Morão, Lisboa: Martins Fontes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALLKEMPER, Alo. *Rettung und Utopie. Studien zu Adorno*. München, Wien & Zürich: Ferdinand Schöningh. Paderborn, 1981.
- BARRETO, M. H. “Subjetividade e o Novo na arte: Reflexões a partir de Adorno”. In *Kriterion*, volume XXXIII, no. 85, Belo Horizonte, 1992, pp. 49-58.
- BAUM, K. *Die transzendierung des Mythos. Zur Philosophie und Ästhetik Schellings und Adornos*. Würzburg, 1988.
- BRAUN, C. *Kritische Theorie versus Kritizismus. Zur Kant-Kritik Theodor W. Adornos*. Berlin-New York: Walter de Gruyter. 1983.
- DUARTE, R. A. P. “Expressão como fundamentação”. In: *Kriterion*, volume XXXVI, nº. 91, Belo Horizonte, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Mimesis e Racionalidade*. São Paulo, Loyola, 1993.
- EAGLETON, T. *A ideologia da Estética*. Tradução de Mauro Sá Rego Costa, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FIGAL, Günter. *Theodor W. Adorno. Das Naturschöne als spekulative Gedankenfigur. Zur Interpretation der “Ästhetischen Theorie” im Kontext philosophischer Ästhetik*. Bonn: Bouvier Verlag Herbert Grundmann, 1977.
- MICHEL, M. K. “Versuch, die ‘Ästhetische Theorie’ zu verstehen”. In *Materialien zur ästhetischen Theorie Theodor Adornos, Konstruktion der Moderne*. Frankfurt, Suhrkamp, 1990, pp. 41-107.
- WELSCH, Wolfgang. *Ästhetisches Denken*. Stuttgart: Reklam, 1993.
- ZENCK, M. *Kunst als begrifflose Erkenntnis: Zum Kunstbegriff der ästhetischen Theorie Theodor W. Adornos*. München: Wilhelm Fink, 1977.